



INSTITUTO BRASILEIRO DE
DIREITO DO AGRONEGÓCIO

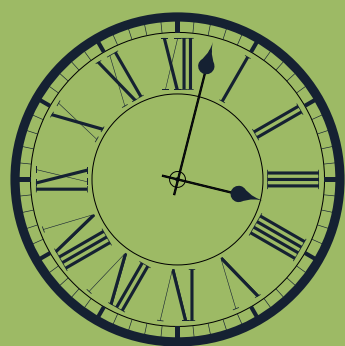
CURSO DE CURTA-DURAÇÃO

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL



WWW.DIREITOAGRO.COM

INFORMAÇÕES



Carga Horária

20hs totais:

- Aulas de **terça à quinta-feira**, no período de **29 de junho a 20 de julho**.
- Horário de aula: das 18h30min às 20h30min (horário de Brasília).

*As aulas são transmitidas ao vivo pelo Zoom e permanecem gravadas para acompanhamento posterior.

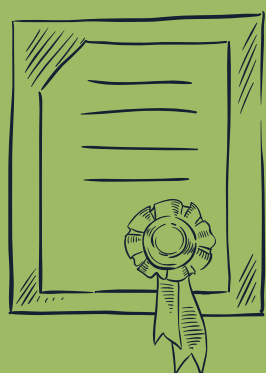


Investimento

Valor total: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

- Pagamento por boleto, depósito bancário ou parcelamento em até 12x no cartão de crédito.

*O valor está sujeito a acréscimo de juros pela plataforma.



Certificação

O curso de curta-duração "Regularização Ambiental de Propriedade Rural" atende às determinações da Resolução n. 1 de 6 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior.

O certificado será expedido pelo IBDA - Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio.



Contatos

Assistência Administrativa e Financeira
Ariane Santos | ariane@direitoagro.com.br

Assistência Acadêmica
Bárbara Breda | barbara@direitoagro.com.br

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



Módulo 1 – Código Florestal: origem e evolução da Lei n. 12.651/2012

1

Linha cronológica do Código Florestal. Principais discussões jurídicas e políticas que levaram à sua elaboração e aprovação pelo Congresso Nacional e as bases elementares para a sua compreensão.

Objetivo: o aluno deverá ser capaz de identificar os princípios norteadores da aplicação do Código Florestal, a serem considerados na regularização ambiental de propriedades privadas.

Módulo 2 – Espaços protegidos em propriedades privadas: Áreas de preservação Permanentes, Reserva Legal e Áreas Rurais Consolidadas

2

Identificação do núcleo obrigacional do Código Florestal de 2012: a preservação de espaços protegidos de vegetação nativa no interior de propriedades privadas, mediante a preservação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Objetivo: Espera-se que, ao final da aula, o aluno possa compreender a diferença funcional dessas duas espécies de espaços protegidos e a sua amplitude para cada tipo situação de fato, considerando biomas, cursos d'água, relevo, tamanho de propriedade e outras circunstâncias. Além disso, o aluno será capacitado sobre as áreas rurais consolidadas, em função de disposições transitórias do Código Florestal, passíveis de exploração agrossilvipastoril.

Módulo 3 – Restauração Ambiental em propriedades privadas: aspectos técnicos e econômicos da Regularização Ambiental

3

Processos de restauração ambiental de áreas de preservação e de reserva legal. Enfoque técnico, contemplando as etapas de um projeto de restauração; e econômico, contemplando a estimativa de custos e de riscos envolvidos. Também deverão ser abordadas perspectivas quanto aos projetos coletivos e os pagamentos por serviços ambientais.

Objetivo: compreensão da dinâmica de restauração ambiental, de modo a contribuir com a elaboração, a avaliação ou a contratação de projetos técnicos.

Módulo 4 – Cadastro Ambiental Rural: inscrição, processamento, validação e homologação

4

Processo administrativo de inscrição, processamento, validação e homologação do Cadastro Ambiental Rural pelos órgãos estaduais. Regulamentação federal. Sistemas e a legislação do Estado de São Paulo, como exemplo.

Objetivo: espera-se que ao final da aula o aluno possa compreender o processo administrativo de regularização ambiental, suas etapas principais e os desafios do ponto de vista dos órgãos de comando e controle e de fomento da regularização ambiental.

Módulo 5 – Desafios do Código Florestal: a intertemporalidade das regras do Código Florestal

5

Desafios na aplicação do Código Florestal no tempo e a problemática abordada pelo Superior Tribunal de Justiça em regime de IRDR no Recurso Especial nº 1.762.206. Diferentes correntes de interpretação dos dispositivos relativos às áreas rurais consolidadas, as dificuldades encontradas em processos administrativos e judiciais e as ferramentas disponíveis para a sua aplicação.

Objetivo: o aluno deverá adquirir visão crítica dos desafios da regularização ambiental e ser capacitado das estratégias necessárias para a sua execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



Módulo 6 – Desafios do Código Florestal: áreas rurais consolidadas e a Lei da Mata Atlântica

6

Aplicação do Código Florestal no bioma mata atlântica. Serão abordados temas como a especialidade, a complementariedade e a prevalência das regras das duas leis protetivas do meio ambiente, a partir da polêmica posta na ADI nº 6446, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Objetivo: compreender a polêmica envolvida na aplicação dos diplomas legais no bioma apresentado.

Módulo 7 – Desafios do Código Florestal: pagamento por serviços ambientais

7

Formas de remuneração direta ou indireta do produtor rural para a manutenção, preservação e restauração de áreas de proteção ambiental voluntárias e obrigatórias, no interior de propriedades rurais. Serão apresentados, nesse sentido, as principais diretrizes do Programa Floresta+ e as oportunidades desse programa para as diferentes cadeias do agronegócio.

Objetivo: desenvolvimento de competências necessárias para identificar projetos passíveis de serem certificados pelo programa.

Módulo 8 – Desafios do Código Florestal: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

8

Diferentes correntes de pensamento da atual composição do Supremo Tribunal Federal e a sua importância para a aplicação do Código Florestal, bem como, regularização de propriedades rurais.

Objetivo: conhecer as principais controvérsias em julgamento no tribunal na área ambiental, agrária e fundiária que possam representar riscos ou desafios para a implementação do Código Florestal.

Módulo 9 – Oportunidades do Código Florestal: a importância da regularização ambiental no mercado de crédito agrícola.

9

Principais ferramentas de governança ambiental dos agentes privados de financiamento do agronegócio, a importância da gestão de ativos e passivos ambientais na gestão de riscos financeiros, econômicos, reputacionais e regulatórios e as oportunidades tangentes aos imóveis regularizados, mediante a emissão de green bonds.

Objetivo: adquirir ferramentas para identificar, gerir e promover riscos e oportunidades financeiras a partir da implementação do Código Florestal.

Módulo 10 – Oportunidades do Código Florestal: a importância da regularização ambiental no comércio internacional

10

Principais instrumentos de governança das cadeias produtivas internacionais, com foco na exportação de produtos agrícolas industrializados ou não. Importância da gestão de ativos e passivos ambientais na gestão de riscos comerciais, reputacionais e regulatórios e as oportunidades tangentes aos imóveis regularizados e certificados.

Objetivo: adquirir ferramentas para identificar, gerir e promover riscos e oportunidades comerciais a partir da implementação do Código Florestal.

CORPO DOCENTE

COORDENAÇÃO



FRANCISCO DE GODOY BUENO

Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado pela Universidade de São Paulo (USP). Advogado em São Paulo. É sócio do Bueno, Mesquita e Advogados e Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira.

PROFESSORES



LEONARDO PAPP

Advogado, com atuação nas áreas de meio ambiente, negócios imobiliários e patrimonial. Professor de Direito Ambiental e de Direito Imobiliário (CatólicaSC). Doutor em Direito Econômico e Socioambiental (PUCPR). Mestre em Direito Ambiental (UFSC). Especialista em Direito Imobiliário (PUCPR). Autor dos livros "Comentários ao Novo Código Florestal Brasileiro" e "Direito e Pagamento por Serviços Ambientais".



LUIS GUSTAVO SOUZA FERREIRA

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da CDRS - SAA. Técnico de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica (APTA - IEA). Engenheiro Agrônomo.



MARTA GIANNICHI

PhD em Biogeography and tropical ecology pela Universidade de Leeds, no Reino Unido. Mestre em Biodiversity and Conservation pela Universidade de Leeds. Diretora no Ministério do Meio Ambiente.



MARCELO WINTER

Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). LLM em Direito dos Contratos pelo Insper/SP. Pós-graduado em Direito e Agronegócio pela FGV.

CORPO DOCENTE



PROFESSORES



RENATO BURANELLO

Doutor em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Sócio do VBSO Advogados. Coordenador do Curso de Direito do Agronegócio do Insper. Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Membro da Câmara de Crédito, Comercialização e Seguros do Ministério da Agricultura (MAPA) e do Conselho Superior de Agronegócio (COSAG) da FIESP. Fundador do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA).



RICARDO RIBEIRO RODRIGUES

Doutor e Mestre em Biologia Vegetal pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da ESALQ/Universidade de São Paulo, credenciado na pós-graduação da Universidade de São Paulo (nos programas: Recursos Florestais e Ecologia Aplicada) e da Universidade Estadual de Campinas (no programa Biologia Vegetal).



RODRIGO JUSTUS DE BRITO

Conselheiro Titular - Representante da CNA no CGEn (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) do MAPA. Doutorando em Direito em Legislação Agroambiental na Universidade de Santiago de Compostela. Advogado e Engenheiro Agrônomo.



RUDY FERRAZ

Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Consultor Jurídico do Instituto Pensar Agropecuária/Frente Parlamentar da Agropecuária (IPA/FPA).



SAMANTA PINEDA

Especialista em Direito Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e habilitada como Coordenadora de Gestão Ambiental pela Deutsche Gesellschaft für Qualität, DGQ da Alemanha. Consultora jurídica da Frente Parlamentar da Agropecuária. Professora convidada da FGV e do INSPIER.



Para se inscrever acesse:
<https://go.hotmart.com/A54497213P>



Em caso de dúvidas, entre em contato conosco
pelo whatsapp ou pelo email.



WWW.DIREITOAGRO.COM